

A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MESQUITA (RJ): UMA IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO

Adriena Casini da Silva*

lattes.cnpq.br/4790435832721924

Resumo: Este artigo se propõe a discutir a constituição do Sistema Municipal de Educação de Mesquita (SEMED - MESQUITA/RJ), após a emancipação do município, em 1999. Por meio de uma abordagem histórica e social (DALLABRIDA, 2008; 2011; 2012A; 2012B) e se utilizando da revisão bibliográfica e da análise documental como metodologia, esta investigação se compatibiliza com o período em que a prefeitura e os serviços públicos da cidade estão sendo implementados, de 2001 a 2006. Trabalhando com os conceitos de identidade (DUBAR, 1998; 2005. DUBET & MARTUCCELLI, 1997), por meio do embasamento quanto à Sociologia das Profissões, buscamos compreender as diferentes identidades docentes dos grupos de indivíduos que compõem esse universo social (FARIA FILHO *et al.*, 2004), repleto de tensões e de características que atentam para uma história do tempo presente que se torna relevante pelo contexto em que se insere e pelo estudo de uma História da Educação local, da Baixada Fluminense (DIAS & BEZERRA, 2015). Concluímos este estudo sobre a constituição da SEMED-MESQUITA e considerações acerca do processo de municipalização, e das estratégias que são lançadas à mão de modo emergencial para legitimação de sua emancipação e seu status de cidade.

Palavras-chave: Municipalização; Sistema Municipal de Educação de Mesquita; Identidade; Emancipação; História da Educação da Baixada Fluminense.

THE CONSTITUTION OF THE MUNICIPAL EDUCATION SYSTEM OF MESQUITA (RJ): AN IDENTITY UNDER CONSTRUCTION

Abstract: This paper proposes to discuss the constitution of Mesquita's Municipal Education System (SEMED - MESQUITA / RJ), after the emancipation of the city in 1999. Through a historical and social approach (DALLABRIDA, 2008; 2011; 2012A; 2012B) and throughout a bibliographic review and documentary analysis as methodologic approaches, this research is compatible with the period in which city hall and the city's public services implementation, from 2001 to 2006. Through the basis of the Sociology of Professions and the concepts of

* Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio (Brasil). Contato: adrienacasini@gmail.com.

identity (DUBAR, 1998; 2005. DUBET & MARTUCCELLI, 1997), we aim to understand the different educational identities of the groups of individuals that compose this social universe (FARIA FILHO et al., 2004). Across tensions and intrinsic characteristics from history of the present time, this study becomes relevant by its social context in consonance to the study of a local history of Baixada Fluminense (DIAS & BEZERRA, 2015). We conclude this study on the constitution of SEMED-MESQUITA and we take considerations about the process of “municipalization”, and the strategies that are hand-launched in an emergency way to legitimize their emancipation and their status as a city.

Keywords: Municipalization; Mesquita Municipal Education System; Identity; Emancipation; History of Education of the Baixada Fluminense.

* * *

Em meio a conexões entre os campos da História e Sociologia da Educação, com base em referenciais teórico-metodológicos no interior da História da Educação, que possibilitam novas leituras entre os vieses histórico e social, como os estudos de Dallabrida (2008; 2011; 2012A; 2012B) e Chaves (2014), este trabalho objetiva apresentar, por meio dessa relação histórico-sociológica, o modo como se dá a constituição de um sistema de Educação, de um município recém-emancipado.

Neste caso, a investigação dá-se sobre a constituição da rede municipal de ensino de Mesquita, entre os anos de 2001-2006, período de consolidação da cidade enquanto município, emancipado em 1999, após uma batalha judicial que envolveu o Comitê Pró-Emancipação, a Câmara de Vereadores, a Prefeitura de Nova Iguaçu e o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, o Supremo Tribunal Federal decide pela emancipação de Mesquita do município de Nova Iguaçu (SILVA, 2004).

Com base no conceito de identidade (DUBAR, 1998; 2005. DUBET & MARTUCCELLI, 1997), por meio do embasamento quanto à Sociologia das Profissões, buscamos compreender as diferentes identidades docentes dos grupos de indivíduos que compõem esse

universo social (FARIA FILHO *et al.*, 2004), repleto de tensões e de características que atentam para uma história do tempo presente que se torna relevante pelo contexto em que se insere e pela exploração de uma História da Educação local, da Baixada Fluminense (DIAS & BEZERRA, 2015).

A demanda da Educação na administração de um município recém-criado era grande, havendo assim ações emergenciais para que escolas e professores integrassem o quadro municipal educacional, o que ocasionou, com o tempo, algumas tensões entre as diversas identidades que ali coexistiram.

Ao me debruçar sobre a realidade do sistema educacional que se encontrava em formação, pude encontrar um quadro docente bastante heterogêneo: a) professores concursados de Nova Iguaçu que foram transferidos para as escolas municipais de Mesquita após sua emancipação, uma vez que as escolas geograficamente passaram a fazer parte de Mesquita; b) professores da rede particular contratados pela Secretaria Municipal de Educação de Mesquita (Semed) que trabalhavam em uma escola, cuja região passou a pertencer à Mesquita; c) professores contratados pela Cooperativa Multiprofissional de Serviços (Multiprof)¹.

Percebi uma rede de indivíduos oriundos de diferentes *backgrounds* que, apesar de integrar o mesmo quadro docente – professores da rede municipal de Mesquita –, constituiu-se segundo certas especificidades quanto aos cargos criados – concursados/contratados. Consequentemente, acreditamos que essa heterogeneidade de agrupamentos de professores – que passam a compor o quadro docente de Mesquita – vale a pena ser pesquisada, na medida em que contribuirá para os estudos acerca da identidade docente do professor do Ensino Fundamental – Anos iniciais – na Baixada Fluminense,

¹ A Multiprof foi uma cooperativa, que funcionou até 2013 com sede em Mesquita e que manteve contrato com a prefeitura até 2005, com o objetivo de selecionar profissionais de várias áreas para atuarem por contrato, enquanto o município não organizava o seu primeiro Concurso Público que, na Educação, se realizou em 2006.

bem como o delineamento do próprio perfil do sistema de ensino que ali se formava naquele momento.

Nesse sentido, trabalhamos com os conceitos-chave de Elias (1994), Dubet (1997), Dubar (1998; 2005). Elias através de seus estudos sobre a imbricação entre indivíduos e sociedade, uma vez que acreditamos que seu conceito de configuração social, poderá nos elucidar acerca da relação dos professores entrevistados com o recém-criado município. Enfim, nos permitirá entender essa ligação – professores e município – como uma rede de sujeitos que, conforme as posições que ocupam ressignificam a própria configuração, criando tensões e amalgamentos, os quais nos propomos a analisar.

Se há tensões, subentende-se que o município ao ser constituído, não se formou sem conflitos e resistências, principalmente se levarmos em conta a própria história da Baixada Fluminense, bem como de sua fragmentação para a criação de outros municípios. De outro lado, caso verifiquemos que os professores se adaptaram e negociaram com a nova situação – serem transferidos de Nova Iguaçu para Mesquita ou serem contratados temporariamente pelo município e assim permanecerem etc. –, também concluiremos que esse momento de fundação da rede de ensino de Mesquita igualmente se concretizou através de consensos e acordos.

Para tal aproveitamos as discussões de Dubet (2006), Dubet & Martuccelli (1997) e Dubar (*idem*), que discorrem sobre identidades, socialização e trajetória. Servirão como base teórica para mostrar como variadas socializações profissionais e classes de trajetórias docentes constituem neste momento a própria identidade do novo sistema municipal de educação.

Isto é, nos interessa chamar a atenção para o fato de que a rede de ensino de Mesquita se forma a partir de um quadro docente heterogêneo, que tem como meta se constituir como homogêneo, já que a partir da alocação de professores em Mesquita, esses passam a compor o conjunto dos profissionais do sistema municipal de educação do referido município.

Como já mencionado, a emancipação de Mesquita finalmente acontece em 1999. A partir do ano seguinte, começa o período de transição de distrito a município, no que diz respeito à organização da cidade, como por exemplo, as eleições municipais de 2000, a posse do primeiro prefeito, José Montes Paixão, em 2001, assim como a criação da prefeitura e de suas secretarias. Por fim, a Lei nº 001 de 13 de fevereiro de 2001 finalmente formaliza a existência da prefeitura, das secretarias e dos primeiros cargos comissionados:

Art. 1º Ficam criados os seguintes órgãos pertinentes à estrutura organizacional do Município de Mesquita: I – Gabinete do Prefeito; II Secretaria de Governo, Obras, Serviços Públicos e Urbanismo e Meio Ambiente; III – Secretaria de Administração; IV – Secretaria de Fazenda e Planejamento; V – Secretaria de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer; VI – Secretaria de Saúde e Bem-estar Social; VII – Procuradoria-geral.

Mesquita se estrutura politicamente em 2001, mas no que se refere à educação, já pode contar com nove escolas municipais, que antes pertenceram à Nova Iguaçu, que se encontravam no território do antigo distrito. Seus professores que compunham o quadro de 127 professores² concursados que, anteriormente, integravam o sistema municipal de Nova Iguaçu, passam no mesmo ano de 2000 a compor o novo quadro de professores do recém-criado município.

Quadro 1 – Escolas herdadas (oriundas de Nova Iguaçu)³.

Fonte: dados coletados pela autora, abr. 2016.

ESCOLAS “HERDADAS”		LOCALIZAÇÃO
1	Escola Municipal Presidente Castelo Branco	R. Porto Alegre, 105 - Juscelino, Mesquita

² Não foi possível encontrar dados na Secretaria Municipal de Educação de Mesquita (Semed-Mesquita) acerca da quantidade de professores contratados nesse período. O número de professores oriundos de Nova Iguaçu por concurso público foi possível de ser encontrado graças às entrevistas aos concursados.

³ Informações coletadas em visita à SEMED-Mesquita.

2	Escola Municipal Dr. Deoclécio Dias Machado Filho	R. Carlos Fraha, 101 – Cosmorama, Mesquita
3	Escola Municipal Governador Roberto Silveira	Praça da Revolução - Edson Passos, Mesquita
4	Escola Municipal Dr. Manoel Reis	R. Emílio Guadagny, 700 - Edson Passos, Mesquita
5	Escola Municipal Rotariano Arthur Silva	R. Paraná, 443 - Centro, Mesquita
6	Escola Municipal Dr. Ely Baiense Vailante	Av. São Paulo, 142 – Centro
7	Creche Prof ^a . Marlene Peres Costa ⁴	Rua Helio Mendes do Amaral, 220 – Santa Terezinha
8	Creche Carmem Montes Paixão	Av. São Paulo, 140 – Centro
9	Escola Municipal da Chatuba ⁵	Rua Magno de Carvalho, 2212 – Chatuba

De imediato, Mesquita para se organizar enquanto um poder público municipal se utiliza, segundo nossa percepção, de uma série de táticas (CERTEAU, 1994). Ou seja, devido à “ausência de um próprio” (poder aquisitivo, infraestrutura etc.) no município, seu prefeito, recém-empossado, terá que lançar mão de uma série de expedientes – por exemplo, a contratação de pessoal, ao invés de concurso, por exemplo –, a fim de que suas diversas instâncias públicas executem suas próprias políticas.

Por conseguinte, a configuração do sistema municipal de educação de Mesquita já nasce com pelo menos dois grandes problemas: a) a distribuição de escolas municipais herdadas de Nova Iguaçu foi desigual, uma vez que não atendia a todos os bairros de Mesquita, tais como: Vila Emil, Cruzeiro do Sul, Jacutinga, Santo Elias, Coreia, Banco de Areia, BNH e Alto Uruguai; b) as escolas

⁴ É atribuído, atualmente, o nome de CEMEI (Creche Escola Municipal de Educação Infantil) à cada uma das creches indicadas nesse quadro.

⁵ Renomeada Escola Municipal Maria Dolores de Mello Porto, a partir de 20 de agosto de 2001. Lei Municipal nº33, de 20/08/2001.

municipais que foram transferidas para Mesquita não ofertavam vagas suficientes de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Como solucionar, de forma plena e prática, a carência de níveis da Educação Básica? Como atender às demandas da população? De que modo estruturar esse sistema de ensino tendo apenas nove escolas municipais para ofertar a Educação infantil e o Ensino Fundamental, em um município de mais de cem mil habitantes? É o que, de imediato, nos questionamos.

De outro lado, ao mesmo tempo em que havia dúvidas em relação às questões acima, a estrutura física desse sistema de ensino, bem como a composição de seu quadro funcional também gerava outra série de dúvidas.

Como ficariam esses professores transferidos: eram docentes de Nova Iguaçu ou de Mesquita? Será que esses professores tiveram alguma consulta ou reunião para optarem por um dos municípios? Teriam esses professores tido o direito de escolha?

Se muitas dessas questões aprofundaremos no próximo capítulo, já de imediato podemos notar que a luta pela emancipação, implica outra luta igualmente difícil: a montagem administrativa de seu próprio sistema de ensino, bem como de seu quadro funcional. E frente aos problemas acima assinalados, a prefeitura tenta agir rapidamente, pois tem que atender às demandas educacionais daquela população, que a partir de 2001, passa a estar sob sua responsabilidade.

Para tal, entre 2001 e 2006, o prefeito, além de já contar com as escolas que pertenciam à Nova Iguaçu, procura ampliar seu sistema de escolas, seja por meio de aluguel, seja através de convênio⁶ com instituições religiosas. Ou ainda, a prefeitura lança mão da rede privada, indo à busca de algumas escolas particulares que se encontravam principalmente nos bairros onde ainda não havia suas

⁶ Entende-se por convênio, um acordo entre administração municipal e instituição particular sem fins lucrativos. No caso de Mesquita, houve convênio entre algumas entidades religiosas de modo a transformar seus espaços que já funcionavam como creches e escolas comunitárias em escolas públicas temporárias.

escolas, já que as que haviam pertencido a Nova Iguaçu não contemplavam todas as regiões de Mesquita.

Portanto, o prefeito acreditava que assim poderia montar seu sistema de ensino que, de imediato, passa a ser composto não apenas pelas escolas municipais herdadas de Nova Iguaçu – quadro funcional concursado –, mas também pelas antigas escolas particulares que, desse momento em diante, tornam-se municipais, conforme quadro a seguir, que enumera o conjunto de escolas alugadas e conveniadas pelo município no período de 2001 a 20105.

Cabe aqui uma ressalva bastante relevante frente à condição dessas últimas escolas: além de seus funcionários, direção e *ethos* manterem-se como antes dessa conversão⁷, também permanecem sob a condição de contratados⁸.

Quadro 2 – Escolas adquiridas por aluguel ou convênio.
Fonte: dados coletados pela autora, abr. 2016.

ESCOLA		BAIRRO	LEI MUNICIPAL DE CRIAÇÃO	VÍNCULO
1	Escola Municipal Bispo Janir Antunes de Azeredo	Juscelino	Lei nº 009 de 16/04/2001	CONVÊNIO com a Igreja Metodista Universal
2	Escola Municipal Missionários	Jacutinga	Lei nº 010 de 16/04/2001	CONVÊNIO com a Sociedade Espírita dos Apóstolos Missionários a Serviço do Senhor
3	Escola Municipal Professor Samuel de Souza Maciel	Centro	Lei nº 016, de 07/05/2001	ALUGUEL

⁷ Informações obtidas durante entrevistas.

⁸ Essa situação se modifica por meio do primeiro concurso em 2006, na medida em que dá a chance para os contratados se efetivarem.

4	Escola Municipal Genair Ramos Gabriel	Chatuba	Lei nº 076, de 04/02/2002	ALUGUEL
5	Escola Municipal Maria Isabel	Cruzeiro do Sul	Lei nº 077, de 04/02/2002	ALUGUEL
6	Escola Municipal Ondina Couto	Coreia	Lei nº 078, de 04/02/2002	ALUGUEL
7	Escola Municipal Vereador Américo dos Santos	Banco de Areia	Lei nº 079, de 04/02/2002	ALUGUEL
8	Creche Municipal Margarida da Silva Duarte	Chatuba	Lei nº 114, de 11/09/2002	ALUGUEL
9	Creche Municipal Vereador Nilo Dias Teixeira	Chatuba	Lei nº 120, de 04/10/2002	ALUGUEL
10	Escola Municipal Expedito Miguel	Vila Emil	Lei nº 181, de 22/03/2005	ALUGUEL

Portanto, por meio dessas aquisições, em 2005, a Secretaria Municipal de Educação já tinha uma rede composta por 19 escolas, sendo nove oriundas de Nova Iguaçu e dez alugadas ou conveniadas⁹.

Ao analisar as leis sancionadas pelo município, relativas à Educação, encontramos a Lei nº 208, de 11 de outubro de 2005, que nos apresenta novos dados sobre os convênios estabelecidos pela prefeitura: a firmação de um convênio com instituições religiosas para que suas creches fossem incorporadas à rede municipal que se encontrava em construção e um repasse de R\$ 82.258,00 (oitenta e dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais) para gastos de manutenção dessas

⁹ Até 2002, o quadro geral de escolas municipais somava um total de 18 unidades. Em 2005, com o aluguel da última escola do quadro 5, E. M. Expedito Miguel, atinge-se um total de 19 escolas na rede pública municipal. Com a aquisição de novos convênios e prédios ainda em 2005 e em 2006, esse número se expande novamente, como veremos nos quadros a seguir.

creches conveniadas, assegurando-se assim, as matrículas na Educação Infantil¹⁰.

Tal medida protela a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de Mesquita no que se refere ao atendimento da demanda na Educação Infantil, já que de imediato resolve esse problema por meio dos convênios.

Quadro 3 – Convênios de creches comunitárias de instituições religiosas.
Fonte: dados coletados pela autora, abr. 2016.

ENTIDADES CONVENIADAS cf. Lei nº208 de 11/10/2005	
1	CENTRO COMUNITÁRIO CRISTO VIVE
2	PROJETO EFRAIM
3	ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE HERÓIS DA FÉ
4	CENTRO COMUNITÁRIO COMUNIDADE VIVA
5	CENTRO COMUNITÁRIO APOIO A CRIANÇA E ADOLESCENTE FUTURO DO NOVO
6	CÁRITAS DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU – CRECHE PADRE DANIEL
7	SERVIÇO SOCIAL E FILANTRÓPICO DE MESQUITA
8	CREHE COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA APARECIDA
9	ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
10	ASSOCIAÇÃO VIDA NO CRESCIMENTO E NA SOLIDARIEDADE

Logo, com os novos espaços conveniados, o município expande novamente seu quadro de oferta de matrícula, principalmente na Educação Infantil, havendo nove escolas “herdadas” de Nova Iguaçu, 10 escolas alugadas ou conveniadas e 10 creches comunitárias sob convênio entre instituições religiosas e prefeitura, totalizando o conjunto de 29 espaços escolares¹¹ distribuídos pelo município. Em 2005 e 2006, o município adquire prédios por compra e cessão do Estado, o que leva à criação de mais sete escolas, conforme o quadro abaixo.

¹⁰ A natureza do repasse desta verba se justifica no princípio de oferecer um espaço ao aluno já matriculado no sistema municipal de ensino, sendo necessária para oferecer a estrutura e os recursos necessários para tal.

¹¹ Considerando os convênios estabelecidos, embora fossem temporários.

Quadro 4 – Escolas criadas com compra e cessão de imóveis.
Fonte: dados coletados pela autora, abr. 2016.

ESCOLA		BAIRRO	LEI MUNICIPAL DE CRIAÇÃO	MODO DE AQUISIÇÃO
1	Escola Municipal Lourdes de Ferreira Campos	Coreia	Lei nº 227 de 29/12/2005	COMPRA
2	Escola Municipal Ernesto Che Guevara	Chatuba	Lei nº 227 de 29/12/2005	COMPRA
3	Escola Municipal Cecília Meireles	Santo Elias	Lei nº 227 de 29/12/2005	COMPRA
4	Escola Estadual Municipalizada Santos Dumont	Santo Elias	Lei nº 227 de 29/12/2005	CESSÃO DE IMÓVEL DO ESTADO
5	Escola Estadual Municipalizada ¹² , anexa ao Colégio Pedro I	Santa Terezinha	Lei nº 227 de 29/12/2005	CESSÃO DE IMÓVEL DO ESTADO
6	Escola Municipal Paulo Freire	Banco de Areia	Lei nº 256 de 17/05/2006	COMPRA
7	Escola Municipal Machado de Assis	Santa Terezinha	Lei nº 256 de 17/05/2006	COMPRA

Como podemos perceber, há um aumento significativo de unidades escolares, o que expõe um crescimento intenso da rede municipal de ensino mesquitense. Se nos primeiros meses de município, em 2001, a rede contava com apenas nove escolas, em 2006 já são 26 escolas localizadas em todo o município – além de 10 creches comunitárias recebendo alunos matriculados na rede pública –, indicando uma progressão total de mais de 200%.

Outra ressalva que torna a discussão mais interessante ainda: mesmo contratando professores de escolas particulares, a prefeitura também efetua novos contratos de professores por um ano por outra

¹² Renomeada como “Escola Municipal de Educação Infantil Pedrinho”, por meio da Lei nº 256, de 17/05/2006.

via, ou seja, através da Cooperativa Multiprof (2001)¹³, constituindo seu quadro funcional entre 2002 e 2005 a partir de três agrupamentos: a) professores concursados, oriundos da rede municipal de Nova Iguaçu; b) professores contratados procedentes de escolas particulares; c) professores, muitos deles, sem experiência, contratados por meio da Multiprof que armazenava um banco de currículos.

Dessa situação, é fato que se os contratados – da Multiprof e das escolas particulares –, em maior número, passaram a lecionar nas escolas alugadas - as antigas escolas particulares –, os professores concursados de Nova Iguaçu, agora em Mesquita, se concentraram mais nas escolas oriundas do município anterior. Daí já se percebe uma cisão que exploraremos no capítulo a seguir: por exemplo, a existência de um *ethos* público e outro privado no que se refere ao perfil identitário dos professores.

Ou seja, a estruturação do sistema de ensino em Mesquita já começava marcada pela diferenciação e especificidades. Isto é, caso tenhamos em mente o debate acima sobre municipalização e modernização, concluímos que o poder municipal de Mesquita tinha uma árdua tarefa a cumprir a fim de que assim realizasse a unidade esperada de um sistema público de ensino: proporcionar o mínimo de interação entre os três grupos acima discriminados para que assim pudessem atuar como um só braço da SEMED.

No caso específico da manutenção das contratações, na verdade, o município de Mesquita estaria se contrapondo ao princípio público de que os funcionários da esfera pública têm que ser concursados. Cabe então perguntar: por que não havia concurso público? Agora que já se havia consumado a municipalização de Mesquita, sua elite local já estaria satisfeita e, portanto, relaxando em seus compromissos com a população?

Pelo menos, o fragmento abaixo, retirado da Ação Civil Pública n. 00940-2005-223-01-00-6 lançado pelo governo do Estado, contra

¹³ Cooperativa cujo CNPJ é CNPJ: 01.466.841/0013- 95 e atuava junto à Prefeitura de Mesquita com contratos em diversas áreas.

a Prefeitura de Mesquita, tenta responder em parte às interrogações acima. Resta saber, se o argumento abaixo é suficiente.

Então, Excelência, pedi este aparte apenas para enfatizar que a doutrina e a jurisprudência sempre fizeram referência ao fato de que a relação jurídico-administrativa não comportava nada de regime celetista, máximo em se tratando de situações posteriores à Constituição de 1988, em cuja norma, inicialmente redigida no artigo 39, não se poderia ter senão o regime estatutário ou o regime jurídico-administrativo” (BRASIL, 2005, p. 7).

A prefeitura, então, diante essa pressão se vê obrigada a legalizar a situação de inúmeros de seus funcionários através de realização de concursos. Assim, podemos perceber que, ao contrário do que aconteceu no momento em que Mesquita precisou alugar escolas para cumprir a demanda social, desta vez o movimento do poder público oriundo da esfera estadual, implicando em uma relação tempestuosa, obriga o município a cumprir com seus deveres públicos por meio da realização de concurso público no âmbito não apenas da Secretaria de Educação, mas também das demais Secretarias do município.

Ao atender às exigências do MPE-RJ e realizar o primeiro concurso público do município para a área da Educação, Mesquita teve que atender ao que a Constituição Federal de 1988 versa sobre cargos públicos. Por essa problemática, acredito que a realização do concurso mostra como a modernidade, caracterizada pela fragmentação, também inclui um projeto homogeneizante, que mostra como a interrupção de contratos no sistema educacional foi uma tática empreendida pelo município, pois lhe foi imposto agir para que a situação se tornasse regular e legitimada pelas demais esferas, evidenciando uma necessidade de tornar seu corpo de funcionários homogêneos: funcionários públicos. Exigência essa, advinda principalmente do próprio movimento social dos professores.

Após as considerações acima, concluímos que nessa configuração social nova – o recém-criado município de Mesquita –, surgiram alguns desafios que toda e qualquer nova municipalidade teria o dever de cumprir. Entretanto, a fragilidade como esse processo ocorre,

demonstra que nem sempre as novas prefeituras estão prontas para agir conforme o esperado. Daí o surgimento de ações de diversos poderes públicos que, conseqüentemente, contribuíram para o forjar do sistema educacional que conhecemos atualmente.

Já, para entendermos a composição identitária dos variados grupos de docentes selecionados para análise, partimos do princípio que os professores são atores comunitários (DUBET; MARTUCCELLI, 1997) e que, nesse caso, apesar de sua pluralidade, encontram-se submetidos à uma coletividade, ou seja, um sistema municipal de educação em construção, em um município recém-emancipado, cujo grupo de funcionários oriundos por concurso público e contratos contrastavam-se.

A respeito dessa diferenciação, percebe-se que a socialização/integração ao novo município recém-criado não deve ter sido um processo fácil, visto que a unificação desses agrupamentos em torno do mesmo, não se realiza sem dificuldades por conta das tensões entre os grupos e também, pelo forjar de uma identidade profissional docente própria de Mesquita que ainda não existia: “É o sentimento de pertencer à comunidade que domina a ação dos indivíduos” (*idem*, p. 243).

Enfim, ao buscarmos traçar as trajetórias profissionais e identitárias dos professores selecionados para entrevista, entendemos que os professores, por serem sujeitos ativos e com ações autônomas circunscritas a um social, sua socialização encontrar-se-á marcada pela própria tensão intrínseca aos papéis sociais desempenhados por eles mesmos:

(...) de uma parte, o dilema sociológico da "incongruência dos papéis", isto é, a obrigação de agir em função de diferentes modelos em diversos domínios de ação e, de outra parte, o dilema moral da culpabilidade individual, a presença, na consciência individual, da majestade da sociedade (DURKHEIM, 1985 *apud* DUBET, MARTUCCELLI, 1997, p. 245).

Aprofundando essa questão a respeito da identidade dos professores de Mesquita durante o período de 2001-2006, percebemos que esse agrupamento pode ainda ser analisado a partir do que Dubar (1998) chama de “classes de trajetória” objetivas e subjetivas.

No primeiro caso, apesar das diferenças de origem – concursados, contratados e oriundos da Multiprof –, todos, ao ingressarem na rede pública de ensino de Mesquita, passam a ter itinerários semelhantes tanto por estarem lecionando no mesmo município quanto por estarem contribuindo para a construção da mesma rede pública de ensino. Enfim, estariam permitindo que pensássemos na construção de uma identidade profissional docente local, com certas características comuns e gerais, próprias de Mesquita.

De outro lado, também é possível entender a identidade profissional do grupo de professores selecionados para análise de acordo com outra perspectiva. Partindo das trajetórias subjetivas, evidenciam-se as idiossincrasias e as particularidades das trajetórias e seus respectivos espaços de socialização que ao permitirem a formulação de valores e ações mais singulares por parte dos professores, dão margem para que se observe mais as nuances e tensões no interior dos grupos e entre estes. Inclusive, algumas conversas informais¹⁴ com professores e ex-professores do município, já nos permitiram chegar a algumas considerações em relação aos três agrupamentos.

Um grupo de professores concursados alocado em certas escolas municipais de Nova Iguaçu, que devido a sua localidade passaram a pertencer à Mesquita, ao ser obrigado a sair de sua origem – Nova Iguaçu – e se transferir para o novo município recém criado – Mesquita – relatou, conforme conversas informais, citadas anteriormente, que essa “obrigação” em aceitar essa nova condição, aconteceu sem serem ouvidos; ou seja, não puderam escolher se queriam trabalhar em Mesquita ou continuar no município de Nova Iguaçu, em outra escola.

¹⁴ Foram realizadas entrevistas com oito professores de Ensino Fundamental que integraram a rede municipal de Mesquita no período.

De imediato, esse episódio nos mostra que a identidade profissional de parte dos professores de Mesquita – os concursados – se constituiu com base em certo descontentamento e que, essa característica pode ser relevante para o entendimento da constituição identitária dos docentes de Mesquita. Ou ainda, em que medida essa operação não contribuiu para a formação da identidade profissional dos docentes de Mesquita?

De acordo com o entroncamento entre o mundo da formação e o mundo do trabalho (DUBAR, 1998), como esses professores se encaixariam em sua nova identidade? Como seria um professor da rede pública de Mesquita que, sem o direito de escolha, não pertence mais ao quadro de funcionários públicos de Nova Iguaçu?

Por sua vez, o grupo de professores contratados, também possuía uma particularidade: os docentes lecionavam em escolas particulares que, ao serem alugadas pelo município de Mesquita – pela necessidade em formar uma rede pública de ensino para atender a um número maior de alunos que as escolas herdadas de Nova Iguaçu não poderia suprir –, passam a integrar a rede municipal de ensino desse município, permitindo que esses professores se transformassem em funcionários contratados por Mesquita.

Logo, vêm à baila vários questionamentos: será que todos os professores estariam satisfeitos com essa nova situação? Será que não aceitaram de bom grado essa mudança, uma vez que como contratados poderiam mais tarde lutar para serem efetivados e assim ganharem estabilidade?

O último grupo apesar de também compor o quadro dos professores contratados, sua trajetória se constitui de modo bastante peculiar. Assumem o cargo de professor de Mesquita por meio da cooperativa que era responsável por realizar os contratos de profissionais para o município, a Multiprof. Isto é, professores que foram contratados para cobrir as vagas do novo sistema de ensino que no período de 2000-2006 se encontrava em formação.

De imediato, concluímos: Como esses professores eram selecionados? Que critérios eram levados em conta para sua contratação?

Além disso, fica claro que o município é criado, mas não convoca um concurso público para compor seu sistema de ensino, já que esse é composto pelos três grupos acima descritos: os efetivados oriundos de outro município – Nova Iguaçu – e os contratados provenientes tanto da Multiprof quanto dos estabelecimentos de ensino privados que se tornaram escolas alugadas pela administração de Mesquita.

Outras questões ainda podem ser evidenciadas a partir dessa discriminação acima: será que a contratação dos funcionários da Multiprof não se chocou com a presença dos professores concursados por Nova Iguaçu? Será que esse fato gerou algumas tensões nas escolas e na rede municipal como um todo, na medida em que os grupos poderiam ter criado diferentes representações de si e do outro (DUBAR, 1998)? Será que construíram alguma hierarquização entre si, implicando mais prestígios para um grupo e menos prestígio para os demais grupos?

Aprofundando um pouco mais a análise sobre esses três grupos no que se refere à identidade docente enquanto funcionários públicos, podemos ainda considerar que enquanto os professores oriundos de Nova Iguaçu passavam por uma crise de identidade e até a perda desta, uma vez que estavam sendo obrigados a assumir uma nova origem no quadro público, os dois outros grupos poderiam estar desejosos de serem efetivados pela administração de Mesquita, na medida em que poderiam estar vislumbrando um futuro construído com base em uma estabilidade ao poderem se transformar em funcionários públicos, implicando *status*, posição social e prestígio:

Trata-se, também, de *identidades sociais*, exatamente na medida em que, num dado sistema social, a posição social, a riqueza, o *status* e/ou prestígio dependem do nível de formação, da situação de emprego e das posições no mundo do trabalho (DUBAR, 1998, p.5).

Dubar (*idem*) também nos esclarece sobre a análise acima quando afirma que “certas trajetórias são antes de mais marcadas pela continuidade inter e intrarelacional, outras são marcadas por

rupturas de qualquer natureza que implicam o retomar de identidades anteriormente adquiridas ou construídas” (p. 90).

Portanto, ao acreditarmos que enquanto o grupo dos ex-professores de Nova Iguaçu poderá estar mais ligado à ideia de ruptura em relação a sua trajetória profissional, os outros dois grupos poderão encontrar-se em uma posição mais de adesão, uma vez que poderiam estar vislumbrando para si a oportunidade futura de entrarem em uma rede de ensino pública, que, por sua vez, pressupõe estabilidade e todos os demais direitos de todo e qualquer servidor público.

Para o maior aprofundamento dessas hipóteses, ainda, é preciso considerar, no mínimo, quatro pontos que serão mais tarde investigados por meio de leitura de documentos e entrevistas: a) a identidade da Baixada Fluminense e, especificamente, de Nova Iguaçu e de Mesquita; b) a identidade da rede municipal de ensino recém-criada; c) a identidade da categoria docente/ o “*habitus* de classe” (BOURDIEU, 2008); d) as identidades anteriores à condição de docente de Mesquita.

A relação entre as identidades herdadas, aceites ou recusadas pelos indivíduos, e as identidades visadas, em continuidade ou em ruptura com as identidades precedentes, depende dos modos de reconhecimento pelas instituições legítimas e pelos seus agentes que estão directamente em relação com os sujeitos em causa. A construção das identidades faz-se, pois, na articulação entre os sistemas de acção que propõem identidades virtuais e as “trajetórias vividas” (39) no interior das quais se forjam as identidades “reais” a que aderem os indivíduos. A construção da identidade pode, também, ser analisada tanto em termos de continuidade entre identidade herdada e identidade visada, como em termos de ruptura que implica conversões subjectivas (DUBAR, 2005, p. 85).

Fundamentalmente à construção dessas identidades, se a análise desses três agrupamentos de professores propõe a hipótese de identidades visadas (DUBAR, 2005, p. 140), seja por ruptura ou continuidade, o fato é que acreditamos que a identidade real e herdada (*idem*, p. 140-141) do grupo de professores oriundos de Nova Iguaçu seja a

trajetória buscada pelos demais grupos: uma identidade profissional que esteja atrelada à ideia do funcionalismo público.

Assim, a primeira geração do magistério de Mesquita, ao se formar a partir de uma emergência, passa a se relacionar de modo bastante conflituoso, conforme já descrito, já que era marcado pela heterogeneidade, principalmente no que concerne a diferenças de trajetória identitária e profissional.

Logo, identificamos um grupo de professores concursados, atuando em ex-escolas municipais de Nova Iguaçu, que passaram a pertencer à Mesquita e que não só se viu obrigado a aceitar essa nova “situação”, como também por uma questão da política local ficaram em um período inicial indo e vindo de Nova Iguaçu para Mesquita e vice-versa. Ou seja, enquanto não houvesse uma lei que formalizasse sua nova condição – funcionário de Mesquita ou de Nova Iguaçu – essa situação iria perdurar, já que as táticas empregadas pelos prefeitos de Nova Iguaçu e Mesquita buscavam na maioria das vezes delegá-los ao outro município a fim de que assim pudessem reafirmar seu poder local.

Além de ser um grupo marcado pelo descontentamento, os concursados relatam em entrevista que não foram bem recebidos em Mesquita, por serem funcionários representativamente “forasteiros”; uma “mancha” ou um “câncer” - conforme as entrevistadas percebiam a si próprias – na hegemonia identitária de professores mesquitenses contratados pela prefeitura e pela cooperativa Multiprof.

Enfim, essa situação enfrentada pelo grupo de professores concursados demonstra o modo de se desenvolvia a política entre os municípios que tinham como meta a sua emancipação, onde um localismo bairrista parecia ser soberano.

Por sua vez, havia também o grupo de professores contratados que, antes da emancipação, lecionavam em escolas particulares à beira da falência que ao serem alugadas pelo município de Mesquita, passam a integrar a rede municipal de ensino desse município.

Os professores oriundos dessas escolas particulares, e que se tornaram funcionários contratados, ao passarem a receber seus

salários pela prefeitura sentiram-se, conseqüentemente, mais prestigiados socialmente acreditaram ter atingido um novo status: seu contrato com a prefeitura ainda que renovável de ano em ano, permitiu que sentisse uma estabilidade até então desconhecida, por trabalharem antes em escolas privadas e com dificuldades financeiras.

Ademais, pelo fato de o prefeito de Mesquita manter a mesma direção na gestão escolar, essa transferência pode ser vivenciada pelos professores de modo mais tranquilo, bem como permitiu que nessas escolas, agora públicas, se conservasse um *ethos* profissional privado: uma vontade de *“fazer com que a escola municipal seja tão boa quanto uma escola particular”*.

De outro lado, a representatividade desses professores para o poder público de Mesquita era bastante grande, posto que já eram considerados seu próprio povo, “seus próprios funcionários”, apesar de contratados. Entretanto, diferentemente dos professores concursados oriundos de Nova Iguaçu, que já possuíam um *ethos* profissional construído em uma escola pública, os contratados das escolas particulares, além de trazerem consigo um *ethos* profissional privado, também se estabeleceram a partir de um *ethos* político mesquitense, aspecto fundamental para a Prefeitura de Mesquita naquele momento inicial de construção de seu sistema de ensino.

O último grupo se constitui pelos professores cooperados sob contrato de um ano – 2001 – com a Multiprof, cooperativa responsável por realizar os contratos do município, junto aos novos professores que viessem a ser necessários para cobrir as vagas do novo sistema de ensino que se encontrava em formação.

A partir de uma breve constatação sobre a rede municipal de Mesquita durante o período de 2001 a 2006, podemos dizer que houve um aumento de mais de 200% na oferta de vagas. A criação de mais escolas e o próprio concurso de 2006 fizeram com que as tensões entre os professores fossem amainadas, na medida em que a partir desse ano, com o fim dos contratos, todos os professores passaram a ser efetivos: há mais contratados, mas há dois perfis de concursados:

os oriundos de Nova Iguaçu e os oriundos de Mesquita, pelo novo curso público.

Uma vez emancipada, a cidade de Mesquita precisou se reafirmar como um município que deveria passar a imagem de ser bem-sucedido. E seus avanços na Educação, ainda que emergentes, mostram que o empenho em legitimar sua condição municipalizada transparecia nas ações da própria Prefeitura de Mesquita e da Secretaria Municipal de Educação, que buscaram empreender uma estrutura para ofertar um número de matrículas necessárias para suas escolas.

Concluimos assim, que o processo de municipalização envolve um tipo de política que tem muito custo para a população e para o próprio sistema, que para se estruturar, lança mão de ações emergenciais que tanto podem legitimar sua emancipação quanto pôr em cheque a capacidade do novo status de cidade. Ademais, tal processo se posterga ao longo dos primeiros anos e reflete na configuração de sua identidade e trajetória.

* * *

Referências

BARROS, Gisela de Jesus. *Nossas ruas têm história – Mesquita/RJ*. 1.ed. RIO DE JANEIRO: Imprinta Express Gráfica e Editora, 2011

BARROS, Ney Alberto Gonçalves de; AMORIM, A. C. Do pouso da cachoeira ao município de Mesquita (1692-1999). In: TÔRRES, Gênesis (org). *Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política*. 2.ed. ver. e ampliada. RIO DE JANEIRO: INEPAC, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_37_.shtm> – Acesso em 10 de abril de 2015.

_____. Lei Complementar nº1 de 9 de novembro de 1967. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp01.htm> – Acesso em 23 de abril de 2016.

_____. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. *Ação Civil Pública* n. 00940-2005-223-01-00-6. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcesso-Texto.asp?id=2465536&tipoAp p=RTF>> – Acesso em 05 de novembro de 2014.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. RIO DE JANEIRO: Forense Universitária, 1982.

_____. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. PETRÓPOLIS: Vozes, 1994.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. *História da Educação Escolar e Sociologia: uma relação promissora*. Educ. Rev., Jun 2014, vol.30, no.02, p.95-116.

DALLABRIDA, N. Os incluídos do exterior: trajetórias sociais de ex-alunos bolsistas de um colégio de elite (1952-1961). In: LOPES, S. de C.; CHAVES, M. W. (Orgs.). *A história da educação em debate: estudos comparados, profissão docente, infância, família e igreja*. Rio de Janeiro: Mauad/ FAPERJ, 2012a. p.155-169.

_____. Usos sociais da cultura escolar prescrita no ensino secundário. *Revista Brasileira de História da Educação*, SBHE/Autores Associados/Campinas, v.12, n.1(28), p.167- 192, jan./abr., 2012b.

_____. Bourdieu e as estratégias de distinção no ensino superior francês. *Cadernos de História da Educação*, UFPel/Pelotas, v.10, n.1, p.183-192, jan./jun. 2011.

_____. A força da tradição: ex-alunos do colégio catarinense em destaque e em rede. *História da Educação*, UFSM/Rio Grande do Sul, v.12, n.26, p.141-163, set./dez. 2008.

DIAS, Amália. *Apostolado Cívico e trabalhadores do ensino: história do magistério do ensino secundário no Brasil (1931-1946)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense. NITERÓI, 2008.

DIAS, Amália; BEZERRA, Nielson Rosa. *Dossiê História da Educação na Baixada Fluminense: Redes educativas e processos de escolarização*. Editorial da Recôncavo: Revista de História da UNIABEU. Volume 4. Nº. 6. RIO DE JANEIRO: janeiro-junho de 2014. Disponível em: <www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/reconcavo> – Acesso em: 24 de janeiro de 2015.

DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais*

- e profissionais. SÃO PAULO: Martins Fontes, 2005.
- _____. *Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos*. In: *Educação e Sociedade*. CAMPINAS, vol.19, n.62, abr.1998.
- DUBET, François. *Trabajo y Socialización (Introducción)*. El declive de la institución – profesiones, sujetos e individuos ante la reforma del Estado. Traducción de Luciano Padilla. BARCELONA: Gedisa Editorial, 2006.
- DUBET, François; MARTUCCELLI, Danilo. *A socialização e a formação escolar*. In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. 1997. p. 241-266.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. RIO DE JANEIRO: Zahar, 1994.
- FARIA FILHO, L. M. ET AL (2004). (Org.). *Pensadores sociais e História da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- MAGALHÃES, João Carlos. *Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil*. In: Xavier Ywata Carvalho et al. *Dinâmica dos municípios*. BRASÍLIA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2007.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito municipal brasileiro*. SÃO PAULO: Editora Malheiros, 1993.
- MESQUITA. *Lei nº 001*, de 13/02/2001. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163> – Acesso em 25 de abril de 2016.
- _____. *Lei nº 007*, de 06/03/2001. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163> – Acesso em 25 de abril de 2016.
- _____. *Lei nº 008*, de 06/03/2001. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163> – Acesso em 25 de abril de 2016.
- _____. *Lei nº 011*, de 16/04/2001. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163> – Acesso em 25 de abril de 2016.
- _____. *Lei nº 016*, de 07/05/2001. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163> – Acesso em 25 de abril de 2016.
- _____. *Lei nº 076*, de 04/02/2002. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163> – Acesso em 25 de abril de 2016.

_____. Lei nº 077, de 04/02/2002. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163> – Acesso em 25 de abril de 2016.

_____. Lei nº 078, de 04/02/2002. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163> – Acesso em 25 de abril de 2016.

_____. Lei nº 079, de 04/02/2002. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163> – Acesso em 25 de abril de 2016.

_____. Lei nº 114, de 11/09/2002. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163> – Acesso em 25 de abril de 2016.

_____. Lei nº 120, de 04/10/2002. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163> – Acesso em 25 de abril de 2016.

_____. Lei nº 181, de 22/03/2005. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163> – Acesso em 25 de abril de 2016.

_____. Lei nº 314, de 13/10/2005. Disponível em: <<http://www.mesquita.rj.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/DECRETO-N%C2%BA-314-2005-FAMSERMUNI-FUNDO-DOS-SERVIDORES-DE-NOVA-IGUA%C3%87U.doc>> – Acesso em 28 de abril de 2016.

NÓVOA, António. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, António (org). *Profissão Professor*. 2ed. PORTO: Porto Editora, 1999.

_____. Os professores e as histórias da sua vida. In: Nóvoa, Antonio (org). *Vidas de Professores*. PORTO: Porto Editora, 1995.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. In: Estudos Históricos. RIO DE JANEIRO: vol. 2, n. 3., p.3-15. 1989.

_____. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos. Vol. 5, nº. 10. RIO DE JANEIRO, 1992. p. 200-212.

RIBEIRO, Wanderley. *Municipalização. Os Conselhos Municipais de Educação*. RIO DE JANEIRO: DP&A, 2004.

RIO DE JANEIRO. *Programa Municipal de Educação Ambiental – ProMEA*. MESQUITA, 2010.

ROCHA, André Santos. *Baixada Fluminense: representações espaciais e disputas de legitimidades na composição territorial municipal*. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFF (Dissertação de Mestrado). NITERÓI, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Uma concepção multicultural de*

direitos humanos. In: *Lua Nova* [online]. 1997, n.39, pp.105-124. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451997000100007&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 15 de maio de 2016.

SANTOS, Cybele Regina Melo dos. A práxis e o poder simbólico representados na personagem do funcionário público. In: ROCHA E SILVA, Rejane Vecchia da [org]. *Literatura e comparativismo contemporâneo: narrativa, poesia e cinema*. Textos apresentados no XII Encontro de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. 1ª edição. Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. ISBN: 978-85-7506-219-7. SÃO PAULO: USP, 2013. p. 56-60. Disponível em: <www.usp.br/estudoscomparados> – Acesso em: 11 de abril de 2014.

SILVA, Andréa Cristina Oliveira Duarte de Souza S. da. *Caminhos do sindicalismo: trajetória de vida de professores do SEPE/BAIXADA FLUMINENSE*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação da Profª. Drª. Miriam Waindefeld Chaves. Rio de Janeiro: 2012.

SILVA, Maria Fatima de Souza. *Memória, identidade e poder em disputa: tentativas de emancipação do município de Mesquita/RJ - Baixada Fluminense*. In: *XI Encontro Regional de História: Democracia e Conflito, 2004, Rio de Janeiro*. Associação Nacional de História - Núcleo do Rio de Janeiro - Livro de resumos- XI Encontro Regional de História, 2004. p. 01-224.

_____. *Das Terras de Mutambó ao Município de Mesquita – RJ*. Mesquita/RJ, Entorno, 2007.

_____. *Das Terras de Mutambó ao Município de Mesquita: RJ. Memórias da emancipação nas vozes da cidade*. XXVIII Simpósio Nacional de História. Regional Sul da Associação Nacional de História (ANPUH). FLORIANÓPOLIS, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434328606_ARQUIVO_TrabalhocompletoSEMINARIOANPUH2015.pdf> – Acesso em 04 de janeiro de 2016.

Recebido em 11 de setembro de 2018.
Aprovado em 20 de dezembro de 2018.